



SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ON THE IMPLANTATION OF THE SOCIAL WORK COURSE AT THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO

Alice Abi-Eçab¹

RESUMO

A proposta do artigo é discutir a questão da ausência do curso de graduação em Serviço Social em uma das mais renomadas academias latino-americanas: a Universidade de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, pioneira acerca do objeto, a qual culminou na dissertação de mestrado que versa sobre a urgente necessidade de problematizar o quadro exposto, sabendo-se que já existe um projeto pedagógico completo alinhado ao projeto ético-político profissional, cujo foi publicado na revista *Temporalis* no ano de 2002. À luz da teoria social marxista (materialismo histórico e dialético), o artigo analisa os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, identificando as forças em confronto no interior dessa dinâmica. O objeto não deve ser analisado como fato em si, mas como parte estrutural do todo social e sob o prisma da defesa de direitos. Como possíveis motivos para a não implantação, apontam-se a correlação de forças no ambiente institucional da Universidade de São Paulo e a desmobilização da categoria profissional de assistentes sociais na luta pela efetiva implantação do curso.

Palavras-chave: Curso de graduação; Serviço Social; Ensino superior público; Universidade de São Paulo; Função social da universidade pública.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss the issue of the absence of the undergraduate degree in Social Work in one of the most prestigious Latin American academies: the University of São Paulo. This is a documental and bibliographic

¹ Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Autora para correspondência. E-mail <abi-ecab@outlook.com>.

research, pioneer on the subject, which culminated in the dissertation that deals with the urgent needs in discuss the scene exposed, knowing that there is already a complete educational project in line with the ethical-political project professional, which was published by the Temporalis magazine, in 2002. In the light of Marxist social theory (dialectics and historical materialism), this paper analyzes the social phenomena in its complex and contradictory production process and reproduction, identifying the forces in conflict within this dynamic. The object should not be considered as fact in itself but as a structural part of the social whole and in the light of the rights of defense. As possible reasons for non-implementation, pointing to the correlation of forces in the institutional environment of USP and the demobilization of the professional category of social workers for the effective implementation this course.

Keywords: Graduation course; Social Work; Public higher education; University of São Paulo; The social function of public university.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz um objeto inédito na produção acadêmico-científica em matéria de Serviço Social, fruto da dissertação de mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. A proposta é discutir a ausência do curso de graduação em Serviço Social em uma das mais renomadas academias do continente latino-americano e considerada uma das mais importantes instituições de ensino superior do Brasil: a Universidade de São Paulo (USP).

Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica no trato específico ao objeto, assim como bibliográfica acerca da análise de conjuntura que envolve a questão, outro componente pouco usual na investigação profissional. Esse conjunto de fatores dá ao estudo um caráter de ineditismo, o que indubitavelmente gera originalidade ao trabalho, porém com compreensíveis dificuldades na localização de fontes teóricas específicas no assunto abordado e no processo de aproximação ao objeto. Contudo, sendo a dúvida parte da ciência, nota-se que a questão analisada é complexa e permeada por tensões de diferentes interesses, o que evidencia a relevância da aproximação a esse debate.

O contexto do problema foi causa de expressiva curiosidade científica na escolha do assunto, já que se trata de um estudo pioneiro na temática proposta.

Buscando investigar mais profundamente sobre a demora na criação do Serviço Social no rol de cursos de graduação na USP, localizou-se um artigo científico publicado na Temporalis, no ano de 2002, apresentando justamente o projeto pedagógico completo do curso de Serviço Social, o qual aguardava a implantação pela USP, sendo até então o único registro publicado sobre o assunto.

O objeto desse artigo – o primeiro debate sobre a questão da implantação do curso de Serviço Social na USP – deve ser encarado em sua múltipla causalidade, bem como em sua múltipla funcionalidade. Todavia, afirmar isto não significa a possibilidade de expor em absoluto os aspectos de sua realidade pesquisada, assim como a solução para a problemática existente e persistente. É relevante frisar que o presente trabalho, pelo seu caráter ainda inédito na produção teórica do Serviço Social, invariavelmente encontrou dificuldades na localização de fontes fidedignas que tratassem sobre o objeto, assim como não foi possível efetivar um contato na aproximação aos sujeitos que fazem parte da questão (USP, profissionais envolvidos e entidades representativas do Serviço Social). Mesmo assim, e de forma significativa, considera-se que o debate construído pode trazer à tona a expressiva problemática e construir um ambiente pertinente de discussões na categoria profissional, a partir de documentos, relatos audiovisuais e pesquisa bibliográfica acerca do objeto. Ademais, essa pesquisa obteve o privilégio de contar com a professora doutora Maria Rosângela Batistoni como membro da banca examinadora, justamente ela que é uma das autoras do artigo publicado na Temporalis (2002), o qual foi o estopim para a construção do debate.

Foi um dos nortes da pesquisa propor a análise de uma correlação entre o fato da não implantação do curso de Serviço Social na USP com o processo histórico e estrutural de criação e expansão dessa Universidade. Tal dinâmica tende a atribuir um caráter específico e significativo à questão da não implantação. Também convém considerar o processo histórico de idealização e criação da USP, a qual foi projetada para formar uma elite intelectual paulista que tivesse condições de chegar ao à presidência do Brasil, nos idos da eferescente década de 1930 no território nacional.

Do ponto de vista político, durante a pesquisa foi observado os direcionamentos adotados pelas forças em confronto, desde o papel da USP e suas

gestões, assim como uma aproximação aos interesses dos profissionais que constituíram, remotamente, um grupo de trabalho que deveria, em teoria, dar prosseguimento à implantação do curso de Serviço Social, contando com o apoio fundamental da ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Essas dimensões de forças em oposição não devem ser entendidas como partes isoladas, mas como elementos de um todo diretamente articulado, segundo a perspectiva de totalidade da teoria social adotada, o materialismo histórico e dialético.

Já do ponto de vista estrutural, entende-se como fundamental a discussão das raízes que historicamente contextualizam o surgimento, desenvolvimento e configuração do processo de privatização do ensino superior brasileiro. Relevantes estudos já se dedicaram a construir pesquisas no tema, os quais foram de enorme grandeza na aproximação ao contexto no qual está localizado o objeto proposto na presente pesquisa.

O problema trazido à discussão expressa a realidade do processo histórico no qual está inserido, em que deve ser compreendido como componente de uma totalidade dialética, ou seja, ele é agente determinado e determinante da realidade como um todo, não sendo possível sua compreensão em fatos isolados. O problema não deve ser analisado como fato em si, mas sim como parte estrutural do todo social. Escrever, analisar e contrapor: eis a dialética!

Acerca da metodologia, o artigo foi construído à luz da tradição do método histórico e dialético fundado em Karl Marx, no qual o processo investigativo aproxima e discute os fenômenos e suas múltiplas causas em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, utilizando-se de fontes documentais e bibliográficas. Partindo do princípio de que cada fenômeno social pode ser compreendido como um momento do todo, o método dialético se apoia na perspectiva de totalidade (elemento fundante da teoria social), em que a categoria ontológica da totalidade não se caracteriza como categoria política, mas sim como categoria teórica, portanto baseada na historicidade do ser social. Em Marx, o caráter de totalidade da realidade histórica não é tratado como um todo constituído por partes em interação funcional (diferente dos campos do funcionalismo e do totalitarismo). A totalidade se constitui como um complexo de complexos, sendo a

realidade um conjunto de complexidades. A amplitude da obra de Marx – que transcende os limites da produção sociológica, já que a teoria social marxista é econômica, política, filosófica – contribui para a aproximação, discussão e compreensão da dinâmica da sociedade capitalista. Com o viés de análise do contexto no materialismo histórico e dialético, discute-se o processo histórico capitalista nas relações de produção e reprodução social.

A contribuição que se busca construir com o debate é provocar visibilidade à questão que perdura há demasiado tempo, assim como ampliar o reconhecimento da formação profissional junto à universidade pública, ocupar os espaços públicos acadêmicos e as oportunidades para a formação de assistentes sociais, fomentando a pesquisa e conquistando frentes de atuação junto ao ensino superior público na área de Serviço Social.

Esse trabalho é um princípio, um convite para que assistentes sociais e demais profissionais interessados na causa se engajem na investigação do tema, fortalecendo-o a tal ponto que a implantação do curso de Serviço Social na USP seja um horizonte visualizável e tangível à população. A problemática precisa ser questionada, analisada e debatida, de forma que a questão transcenda os muros da Universidade de São Paulo, tanto em nível institucional, quanto profissional. Não é possível mais ofuscar a situação.

Breve retomada dos marcos históricos da profissão

Para embasar a discussão, é importante situar o Serviço Social no contexto histórico brasileiro, procurando pontuar o surgimento, a institucionalização e os principais marcos da profissão. Tal retomada, breve com fins didáticos, será construída a partir da valiosa contribuição de Iamamoto e Carvalho (1995) na obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, cuja obra foi lançada em 1982, a qual foi a primeira produção clássica do legado marxista na profissão.

Partindo dos anos de 1930 (traçando um paralelo, essa é a década da inauguração da Universidade de São Paulo), a economia brasileira gradualmente passa a modificar seu modo de produção por meio do processo urbano-industrial – do agrário-comercial para o industrial – já que é no interior das relações de trabalho

do operariado que se dá a contradição capital-trabalho. Essa tensão social de disputa entre capital e trabalho agrava a questão social, a qual pode ser entendida como as variadas e interligadas manifestações do conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que despontam na relação conflituosa entre o mundo do trabalho e o modo capitalista de produção.

Diante da ditadura civil de Getúlio Vargas, o país foi gerido de forma a consolidar o processo de acumulação capitalista, e para isso foram necessárias condições sociais e políticas que permitissem tal consolidação. É sob essa circunstância que desponta o Serviço Social, plenamente vinculado à Igreja Católica, com foco em ações caritativas e assistencialistas. Nesse tempo, a formação profissional esteve ancorada no pensamento europeu (modelo franco-belga), limitando-se às dimensões moralista, doutrinária e conservadora.

Ainda na década de 1930, o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) foi constituído a fim de implantar uma formação técnica especializada para a ação social, porém ainda baseada na Doutrina Social da Igreja Católica. Em 1936 a primeira escola de Serviço Social no Brasil foi criada, localizada na cidade de São Paulo, cuja permaneceu durante muitos anos agregada à PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e em 1971 foi definitivamente incorporada, correspondendo ao reformulado curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP em vigência.

Já tendo início em 1945, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a hegemonia do modelo franco-belga na formação profissional foi progressivamente substituída pela influência norte-americana, com enfoque no método e na instrumentalização técnica. Isso se deu pela expansão da economia estadunidense no mundo, exercendo sua influência principalmente na América Latina.

Nas décadas de 1950 e 1960, as bases da formação profissional no país se fortaleceram por meio de uma perspectiva metodologista e tecnicista, com intuito de consolidar o modelo desenvolvimentista adotado no Brasil. Como rebatimento a esse modelo, a partir dos anos de 1960, propagou-se em todo continente latino-americano o surgimento de uma perspectiva crítica à ação profissional “tradicional” (prática empirista, reiterativa, paliativa, burocratizada), intencionando experiências

pioneiras que visavam a transformações sociais e que estavam articuladas ao processo da luta de classes.

Desse modo, com a intensificação das expressões da questão social por toda América Latina e com a crise do modelo desenvolvimentista, mais a pressão da população, intensas mobilizações de assistentes sociais vivificaram um movimento de reformulação da profissão, chamado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Esse movimento se apresentou de maneira característica por entre países latino-americanos, conforme as peculiaridades de cada território, tendo a centralidade no questionamento dos métodos, dos objetivos da ação e da formação profissional. Firmando o objeto de intervenção profissional, o desafio era desvincular a prática dos interesses dominantes e a vincular aos interesses da classe trabalhadora.

Durante o tétrico contexto de ditadura militar no Brasil (1964-1985), a vertente crítica foi abruptamente ofuscada, mas contraditoriamente, o mercado de trabalho para o assistente social teve expansão. Contudo, foi na transição para os anos de 1980, no marco do III CBAS, que o projeto intenção de ruptura alavancou e engendrou a construção do projeto ético-político profissional, o qual se faz hegemônico no cenário corrente do Serviço Social.

Entre os anos de 1975 e 1979, a formação profissional foi intensamente debatida, tendo como pauta central de discussão a necessidade de um novo projeto de formação profissional. Nessa dinâmica, a então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), criada em 1946, (hoje chamada de ABEPSS, após fusão com o CEDEPSS – Centro de Documentação e Pesquisa em Política Social e Serviço Social, em 1998), propôs a construção de um projeto político-acadêmico do Serviço Social, resultando na proposta de um currículo mínimo para o curso de formação, o qual foi aprovado na XXI Convenção Nacional ABESS, em 1979.

Seguindo a trajetória de construção profissional, o ano de 1981 foi marcado por mais um significativo avanço acadêmico-científico do Serviço Social brasileiro com a inauguração do primeiro curso de doutoramento na América Latina. Esse curso de pós-graduação foi implantado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, fomentando a pesquisa e ampliando o exercício do assistente social no país.

A formação em Serviço Social está em constante movimento. É por meio da

prática e de estudos sobre a conjuntura do país e da profissão que são geradas dinamicamente as transformações, os questionamentos e os desafios ao delineamento profissional, ao mercado de trabalho contemporâneo, ao perfil docente e discente. É nesse panorama de expansão do Serviço Social que está localizada a pesquisa acadêmico-científica, proporcionando uma dimensão crítico-investigativa transversal ao exercício profissional e agregando conhecimento ao assistente social na formulação de propostas interventivas no cotidiano da realidade social.

A partir do processo histórico de construção e estabelecimento do Serviço Social, sendo essa uma profissão eminentemente interventiva e defensora da garantia e acesso a direitos, aliado ao fato da insuficiência na produção de pesquisas na especificidade do assunto abordado, esse artigo traz a urgente necessidade de se esmiuçar os porquês do quadro problematizado, com intenção de levar a debate as demandas e implicações sociais, culturais, políticas e profissionais da ausência do curso de Serviço Social na Universidade de São Paulo. A relevância do estudo está, justamente, em iniciar e fomentar a investigação a tais dinâmicas, trazendo à tona um tema ainda não discutido largamente nas cadeiras de pós-graduação da profissão de Serviço Social.

Sendo também o Serviço Social um profissão profundamente analítica dos processos históricos e sociais, também é necessário considerar as expressões da questão social que o rondam e que desafiam a pesquisa concreta das situações concretas que permeiam o objeto. É preciso considerar a ofensiva neoliberal mundializada que no Brasil, assim como em outros países de características periféricas, vem promovendo o desmonte dos direitos sociais (vistos como privilégios), encampando a banalização da Constituição Federal de 1988, a corrente privatização do Estado, o sucateamento dos equipamentos e serviços públicos, a desvalorização dos trabalhadores, a intensificação do trabalho e a implementação contumaz de uma política macroeconômica de fato prejudicial à massa populacional.

Afinal, como é possível o fato de o estado de São Paulo, como maior formador de assistentes sociais do país, oferecer apenas dois cursos públicos de graduação²? Adensando a problemática, por que a capital paulista não oferece à

² Esses cursos estão localizados na cidade de Franca (UNESP, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho") e na cidade de Santos (UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo).

população sequer um curso público para a formação na profissão? Ainda o fato da USP, com diversos campi distribuídos pelo estado paulista, como não haver um curso de Serviço Social? Já existindo um projeto pedagógico completo para a implantação desse curso na USP, por que não foi constituída essa implantação? Ora, como a questão perdura há muitos anos e não existem pesquisas sobre a situação, tampouco análises de conjuntura específicas publicadas a respeito? Denota-se dessas evidências que a questão vem sendo tomada como naturalizada, já que desprovida de questionamentos e pesquisas na produção de conhecimento no âmbito profissional.

Formação profissional: contradição oferta x demanda

Acerca do panorama dos cursos de Serviço Social no território abordado, de acordo com o sítio institucional do Ministério da Educação – que disponibiliza o cadastro das instituições de ensino superior (IES) e seus cursos de graduação ativos (e-MEC) –, o estado de São Paulo apresenta a porção territorial com o maior número de cursos de Serviço Social no país. Abaixo seguem os dados coletados nas Tabelas 1 (cinco IES oferecem ambas as modalidades na cidade de São Paulo) e Tabela 2 (seis IES oferecem ambas as modalidades no estado de São Paulo):

Tabela I

Graduação em Serviço Social

Cidade de São Paulo

Total	26 cursos
Particulares	26 cursos
Públicas	00 cursos
Modalidade presencial	16 cursos
Modalidade EaD	15 cursos

Fonte: ABI-EÇAB, 2015, p. 93.

Tabela II

Graduação em Serviço Social	
Estado de São Paulo	
Total	80 cursos
Particulares	78 cursos
Públicas	02 cursos
Modalidade presencial	69 cursos
Modalidade EaD	17 cursos

Fonte: ABI-EÇAB, 2015, p. 94.

As universidades públicas que oferecem o curso de Serviço Social no estado de São Paulo são a UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), a partir de 1976; e mais recentemente a UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), a partir do ano de 2009.

Soma-se ao contexto o levantamento no Censo da Educação Superior 2013, divulgado pelo INEP (MARTINS, 2014), afirmando que o curso de Serviço Social está entre os 10 cursos de graduação mais escolhidos pelos brasileiros, ocupando a 8ª posição.

[...] Pedagogia, Enfermagem e Serviço Social são alguns dos cursos preferidos das mulheres, cuja maioria das matrículas é de estudantes do sexo feminino. Já entre os homens, os cursos prediletos são engenharia civil, ciência da computação e engenharia de produção (...) os 10 maiores cursos em número de matrículas são, respectivamente, administração, direito, pedagogia, ciências contábeis, engenharia civil, enfermagem, psicologia, serviço social, gestão de pessoas e engenharia de produção (MARTINS, 2014, [s.p.]).

Esse levantamento leva ao entendimento de que existe uma demanda expressiva de candidatos a estudantes universitários na procura pelo curso de bacharel em Serviço Social, buscando a formação profissional para assistente social. Ora, a partir da discussão acima fica nítida a contradição oferta e demanda, em que a oferta de cursos públicos é nula (na capital) e insuficiente (no estado), já a demanda de candidatos é expressivamente numerosa.

Acerca das três grandes instituições públicas e de ensino superior existentes no estado de São Paulo, essas possuem reconhecimento em nível latino-americano

pela qualidade na educação oferecida. São complexos educacionais com campi distribuídos em diversas cidades e que oferecem cursos públicos de graduação (bacharel e licenciatura) e pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), além de produções em pesquisa e atividades de extensão. São elas a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), estas três sendo paulistas; e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), de investimento federal.

Dentre essas, a única estabelecida na capital do estado de São Paulo é a USP, como também a mais tradicional e que possui maior expressividade em território nacional e internacional, figurando de forma significativa dentre as melhores universidades do mundo nas classificações de excelência em educação universitária. Segundo classificações internacionais amplamente divulgadas na mídia, que traçam a qualidade das universidades na concepção de conhecimentos indissociáveis – conceito do tripé da educação: ensino, pesquisa e extensão –, a Universidade de São Paulo se projeta como umas das importantes universidades no cenário da América Latina.

Ao analisar a formação e trajetória histórica de São Paulo³, nota-se que suas expressões políticas e culturais a todo o momento se mostraram como manifestações voltadas para a consolidação de uma elite econômica (classe dominante). Não foi diferente com a criação da Universidade de São Paulo, período histórico no qual a educação pública era oferecida somente a cerca de 10% da população (VIEIRA, 1998). Trilhando o mesmo caminho de ideologia predominante, ao longo da história de suas gestões a USP do século XXI vem reafirmando sua preferência pela implantação de cursos ditos de maior “prestígio” e “tradicionalidade” em meio à cultura de sociedade hegemônica, além de outros com ênfase tecnológica e fins mercadológicos.

Apesar de apresentar todo o potencial acadêmico, existem projetos pedagógicos completos de cursos a serem implantados na USP e que vem sendo negligenciados; um deles é o de Serviço Social. Como observado nessa discussão, há uma contradição significativa da oferta de cursos de Serviço Social

³ Análises de aprofundamento sobre a formação histórica nesse período podem ser encontradas em Bastos e Fonseca (2012), Cardoso (1978), Fonseca (1989) e Vieira (1998).

disponibilizados à população. Enquanto que o estado de São Paulo oferece 97,5% de cursos privados, a cidade de São Paulo oferece 100% de cursos privados, ou seja, reafirma-se o fato que não existe sequer um curso público para a formação de assistentes sociais na capital paulistana (ABI-EÇAB, 2013).

Tornam-se, assim, questionáveis as razões pelas quais a Universidade de São Paulo tenha um projeto pedagógico completo para curso de Serviço Social já publicado (CASSAB e BATISTONI, 2002), porém ainda relute em implantar tal curso. Essa problemática se põe no contexto de uma cidade do porte de uma metrópole na condição de capital do estado mais populoso do Brasil; que possui a maior comercialização do país de cursos privados de Serviço Social; que possui a maior demanda de candidatos pelo curso e, conseqüentemente, a maior formação de profissionais no país; e onde está estabelecida a USP como a maior e mais imponente universidade pública do Brasil.

O papel da ABEPSS na criação e implantação de cursos de formação profissional

A discussão acerca do ensino superior público, de qualidade, gratuito⁴, laico, universal e socialmente referenciado é tema em voga junto à categoria do Serviço Social brasileiro, em que as entidades da categoria – CFESS⁵, CRESS⁶, ABEPSS⁷ e ENESSO⁸ – se posicionam em defesa de uma política educacional que garanta o acesso à educação pública em nível superior, na luta pela concretização de um direito social fundamental, em prol da construção de uma tomada de consciência crítica e emancipação social e política para a população brasileira (ABI-EÇAB, 2013).

⁴ O termo gratuito aqui deve ser entendido como “sem a cobrança de taxas e mensalidades”, visto que todos os serviços públicos já são financiados indiretamente por toda sociedade através da cobrança de impostos, no qual o Brasil está na condição de ser um dos países do mundo com maior tributação a cargo da população.

⁵ Conselho Federal de Serviço Social.

⁶ Conselhos Regionais de Serviço Social.

⁷ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁸ Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

Das entidades profissionais, a entidade acadêmico-científica direcionada à questão do ensino e da pesquisa é a ABEPSS⁹, antiga ABESS – Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social –, criada pela categoria em 1946. A criação da ABESS se deu no período de dez anos após a implantação do primeiro curso de Serviço Social para a formação profissional de assistentes sociais no Brasil, chamada Escola de Serviço Social, à época agregada na estrutura acadêmica da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUCSP), sendo que em 1971 foi definitivamente incorporada a esta.

No documento “O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas”, construído durante a Gestão 2009-2010, destacam-se alguns marcos relevantes na trajetória da entidade:

[...] um marco em sua história foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu na segunda metade da década de 1990, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista *Temporalis* (ABEPSS, s.d.c, p. 1-2).

A ABEPSS tem como objetivos engajar a categoria profissional na vivência do processo democrático de discussão dos temas de luta propostos por meio de debates enraizados nas unidades de formação acadêmica, com a participação dos atores que constroem a formação profissional, como estudantes, professores, assistentes sociais e pesquisadores. Esse caminho assim tem sido trilhado desde a criação do currículo mínimo para o curso de graduação, em 1982, afirmando significativamente novos paradigmas na direção social hegemônica no seio acadêmico-profissional – com a adoção da vertente de pensamento marxista nas disputas que se constituíram historicamente durante o movimento profissional

⁹ A articulação acadêmico-política internacional da ABEPSS, especialmente com a América Latina, está materializada por meio da filiação com a Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Trabalho Social (ALAEITS).

conceituado com Movimento de Reconceituação¹⁰, acontecido em âmbito latino-americano. No Brasil, esse contexto profissional efervescente se materializou com a elaboração das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social¹¹, em 1996, cuja foi aprovada pela categoria de assistentes sociais e posteriormente aprimorada, finalizando no documento datado de 1999.

[...] um desafio permanente da ABEPSS é acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares. Isso envolve pensar um processo de formação continuada que venha a atingir os docentes de todas as universidades e/ou faculdades que tenham em seu quadro o curso de graduação em Serviço Social como um instrumento necessário e urgente para que a implementação das Diretrizes não seja fraturada em seus elementos mais relevantes, e para que seus fundamentos não sejam diluídos em seus aspectos mais importantes (ABEPSS, s.d.c, p. 3-4).

O acompanhamento¹², por parte da ABEPSS, ocorre por meio da operacionalização das atividades das diretorias regionais, a partir de instrumentos como oficinas, grupos de trabalho e visitas às unidades de formação acadêmica (universidades e faculdades) que oferecem o curso de graduação em Serviço Social. Essas atividades de acompanhamento são realizadas desde a aprovação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, as quais subsidiam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação. No bojo desse processo de avanços e recuos, a ABEPSS (s.d.c, p. 4). declara no documento a importância de enfatizar que “[...] dificuldades comparecem neste acompanhamento às unidades de formação acadêmica, com destaque para as limitações financeiras e de militância, que, por vezes, impedem a regularidade e os resultados deste trabalho”.

¹⁰ O complexo Movimento de Reconceituação – no Brasil, chamado por Netto de Renovação, dada suas particularidades –, poderá ser aprofundado em Abramides (2006), Iamamoto e Carvalho (1995), Iamamoto (2008) e Netto (2007).

¹¹ “Lamentavelmente, o documento que regula as Diretrizes para a formação em Serviço Social no Ministério da Educação, aprovado pelo CNE em 2001, não respeitou as Diretrizes da ABEPSS, retirando princípios e conteúdos fundamentais, especialmente no tocante à direção social e ético-política do perfil profissional” (ABEPSS, s.d.c, p. 2).

¹² “Outra dimensão necessária é a avaliação continuada da implantação da nova proposta curricular. Esse processo de avaliação foi aprofundado com a realização da pesquisa avaliativa sobre a ‘Implementação das Diretrizes Curriculares do Serviço Social no Brasil’, durante o período 2005-2007, após dez anos de sua aprovação no âmbito profissional. Essa pesquisa envolveu mais de cem unidades de formação acadêmica e seus resultados foram socializados, pela gestão 2007/2008 da ABEPSS, por meio de Cdrom, entregues no XI ENPESS, e da publicação da Revista Temporalis nº 14” (ABEPSS, s.d.c, p. 4).

[...] em relação aos eventos promovidos pela ABEPSS, no decorrer da década de 1990, destaca-se a consolidação dos Encontros Nacionais de Pesquisadores de Serviço Social – ENPESS e as Convenções Nacionais, hoje Assembleias Gerais da ABEPSS, que são realizados de dois em dois anos. Tornaram-se fundamentais espaços de articulação também as Oficinas Regionais e Nacional de Graduação e Seminários de Pós-Graduação, como espaços intermediários de capacitação e realização do debate político-acadêmico (ABEPSS, s.d.c, p. 4-5).

Na perspectiva de defesa de uma formação profissional de qualidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares que a categoria profissional vem chamando, desde os anos 1990, de projeto ético-político profissional, existem inúmeros desafios a serem enfrentados pela ABEPSS. Dentre os desafios, a ABEPSS na Gestão 2009-2010 elegeu três grandes frentes na agenda político-acadêmica: i) a construção da Política Nacional de Estágio (PNE); ii) a implementação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs); iii) a implementação do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior.

Apesar de no documento “O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas” não haver menção específica sobre a urgente necessidade da criação e implantação de cursos públicos no Brasil para a democratização da formação profissional, e mais especificamente em São Paulo, dada sua condição de estado maior formador de assistentes sociais no país, como já analisado, o eixo que mais se aproxima seria o Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior:

[...] outro enorme desafio é a implementação do Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, em conjunto com o CFESS e a ENESSO, que envolve um conjunto de dimensões: Ações Relativas à Política Nacional de Fiscalização, Ações de Estudos e Pesquisas, Ações de Articulação com Entidades, Movimentos Sociais e Conselhos, Ações Junto ao MEC, Ações Junto ao Poder Legislativo, Ações Jurídicas, Ações de Comunicação e Mobilização. O Plano, que está divulgado nos meios eletrônicos das entidades nacionais, é uma sistematização unificada da ação política contra a precarização a que nos referimos anteriormente e algumas de suas ações já vem surtindo efeitos importantes, a exemplo de referenciar o Ministério Público em ações sobre o ensino de graduação a distância (ABEPSS, s.d.c, p. 12-13).

Já a Gestão 2011-2012 publicou o “Plano de Trabalho” para orientar suas ações (ABEPSS, s.d.b) e elaborou o documento chamado “Diretrizes e política de

ações para o biênio 2011-2012” (ABEPSS, 2010), no qual são elencadas frentes de luta alinhadas especificamente ao objeto em investigação, como citado a seguir:

[...] considerando:

[...]

3- A Política de Ensino Superior em vigor no país, com ampliação, sem controle, de cursos de Serviço Social, nas modalidades de ensino à distância e presencial, nas esferas pública e privada.

[...]

Indica para a gestão 2011-2012 as seguintes diretrizes e políticas de ações:
Diretrizes orientadoras:

1- Defesa da universidade pública, gratuita, democrática, presencial, laica e socialmente referenciada, articulando ensino, pesquisa e extensão.

[...]

4- Defesa da qualidade da formação profissional na esfera pública e privada.

[...]

7- Articulação com o ANDES-SN [Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior] e associações de ensino e pesquisa de outras categorias profissionais em defesa da educação pública e gratuita; com os movimentos sociais para a resistência à barbarização da vida social e contra a socialização dos custos da crise do capital para os trabalhadores.
Política de Ações – Da Graduação:

[...]

3- Mobilizar as UFAs públicas para a criação de cursos presenciais de Serviço Social por meio de expansão universitária (ABEPSS, 2010, p. 1-2).

No sítio institucional da ABEPSS não foram localizados documentos institucionais produzidos pela Gestão 2013-2014, somente das gestões 2009-2010 e 2011-2012, assim como não foram localizada a publicação de documentos anteriores a essas duas gestões.

Esse resgate demonstra o notório papel da ABEPSS na efetiva expansão de cursos de Serviço Social no Brasil, evidentemente cursos de qualidade e, tanto quanto possível, públicos. Sua atuação é fundamental para que o curso de Serviço Social na USP se consolide.

Aproximações à (não) implantação do curso de Serviço Social na USP

Na abordagem do Serviço Social brasileiro como profissão e área do conhecimento¹³, é necessário trazer alguns aspectos relevantes, como suas

¹³ “Ao reconhecer o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, poder-se-á objetar que estou advogando em favor de uma divisão técnica do trabalho profissional, entre os que investigam e os que têm um exercício profissional vinculado às mais diversas práticas sociais. Ao contrário, o que

dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa e crítico-investigativa¹⁴, assim como apontar o protagonismo que o Serviço Social vem conquistando desde a década de 1930 com a construção de seu reconhecimento profissional no país. Observa-se também o sentido de sua expansão, como o caráter das comunicações científicas nos eventos internacionais, além da ampliação das “citações de autores do Serviço Social em produções das ciências sociais e humanas e o crescimento da demanda pelas pós-graduações em Serviço Social de outras áreas do conhecimento” (MOTA, 2013, [s.p.]).

Ademais, o Serviço Social brasileiro contemporâneo está consolidado como área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, com a multiplicação da pesquisa em âmbito acadêmico através do reconhecimento das agências¹⁵ de regulação e fomento à produção científica na graduação e pós-graduação.

No Brasil, o Serviço Social iniciou seu processo de laicização há cerca de três décadas e hoje se configura hegemonicamente como uma profissão especializada e secular, ainda que “o assistente social seja herdeiro de uma cultura profissional que carrega fortes marcas confessionais em sua fundação histórica” (IAMAMOTO, 2004, p. 105). Este é um dos frutos duradouros da conquista profissional que apresenta como marco o Movimento de Reconceituação¹⁶, portanto, é vital que se vivifique cotidianamente na prática profissional o rumo do Serviço Social afinado com os tempos contemporâneos. Hoje, de maneira hegemônica, tal caráter laico constitui um dos nortes do projeto ético-político profissional¹⁷.

defendo é a existência de uma unidade entre essas dimensões, o que não significa uma identidade, visto que há uma distinção entre o âmbito da produção intelectual e o da ação prático-operativa (...) nesse sentido, não há nenhuma hierarquia ou dicotomia, mas a existência de patamares diferenciados da intervenção social do Serviço Social.” (MOTA, 2013, [s.p.]). Mais análises sobre o assunto em Iamamoto e Carvalho (1995), Iamamoto (2004 e 2008) e Lessa (2000).

¹⁴ O aprofundamento acerca das dimensões formativas do assistente social pode ser encontrado em Iamamoto e Carvalho (1995) e Iamamoto (2004).

¹⁵ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), como também a FAPESP em âmbito paulista (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

¹⁶ Como visto na introdução dessa pesquisa, ao longo dos últimos 30 anos o Serviço Social brasileiro experimentou um processo de renovação teórica e ético-política, em resposta às mudanças e às novas requisições da sociedade, em que os assistentes sociais assumem o compromisso com os interesses e a defesa de direitos da classe trabalhadora, sob a orientação de um projeto ético-político profissional (IAMAMOTO e CARVALHO, 1995; IAMAMOTO, 2004).

¹⁷ O projeto ético-político está expresso na Lei nº 8.662/93 (Regulamentação Profissional), no Código de Ética do/a Assistente Social e nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Nesse pensamento, Iamamoto (2004, p. 147) afirma que há diversos tipos de enfrentamento da categoria profissional na busca pela consolidação do projeto ético-político do Serviço Social na contemporaneidade, sendo que umas dessas frentes

está voltada à consolidação acadêmica da área de Serviço Social na sua globalidade – envolvendo o ensino graduado e pós-graduado –, atribuindo-lhe respeitabilidade junto ao meio acadêmico, às entidades de fomento à pesquisa e aos órgãos responsáveis pela formulação da política de ensino superior. Tem como pré-requisito um autorreconhecimento, por parte da categoria, de sua capacitação acadêmica, rompendo com uma introjetada subalternidade profissional, herança de suas marcas de origem.

Ora, deve-se considerar que a universidade pública possui um caráter universal e não dogmático, ou seja, ela é uma instituição já secularizada no Brasil. Ainda, a função social da universidade historicamente construída está na produção e na socialização do conhecimento, sendo um instrumento formador de agentes mobilizadores para a transformação emancipatória e democrática da sociedade, na luta pela ampliação e consolidação dos direitos e das conquistas sociais da história.

Com isso, sendo o Serviço Social uma profissão que tem como mote a “defesa intransigente dos direitos humanos”, precisa que seus profissionais estejam atentos às expressões contemporâneas da questão social e comprometidos com os princípios de equidade e liberdade, os quais estão traduzidos no projeto ético-político profissional e que precisam ser mantidos vivos na intervenção cotidiana dos assistentes sociais. (ABI-EÇAB, 2013).

Para ilustrar a questão da perspectiva do que poderia ser o primeiro curso público de Serviço Social na capital de São Paulo, além de considerar fatos como a resistência da Universidade de São Paulo na implantação, a correlação de forças expressas nos relatos a seguir entre instituição e profissionais, além da dinâmica de disputa do espaço acadêmico pelas partes envolvidas, foram colhidos depoimentos significativos realizados durante o II Encontro de Assistentes Sociais da USP, ocorrido em maio de 2013, no Anfiteatro “Carolina Martuscelli Bori” do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Esse evento profissional foi publicado a partir do registro audiovisual produzido pelo IPUSP – Instituto de Psicologia da USP –, com acesso por meio de seu canal de vídeos disponibilizado na Internet (IPUSP, 2013a, 2013b), além da programação disponibilizada (IPUSP, 2013c).

As declarações são de assistentes sociais que integravam o “grupo de trabalho para implantação do curso de Serviço Social na USP”, como elas assim se referenciam, além da existência de profissionais de outras áreas envolvidos na questão. São elas: Maria Bernadete Tanganelli Piotto e Marina Gorete Pazetto de Meneses, ambas assistentes sociais alocadas no Serviço Social do Hospital Universitário da USP, segundo informações disponibilizadas no sítio institucional. Apesar de o tema do evento não ser especificamente sobre a problematização acerca da implantação do curso de Serviço Social na USP, essas falas foram conduzidas no sentido de *aproveitar o momento de reunião profissional*, como consta no registro audiovisual.

A análise minuciosa do teor dos relatos abaixo aponta para uma correlação de forças presentes no bojo institucional, abarcando o grupo de implantação e os posicionamentos políticos das gestões universitárias, somado a um apelo explícito à ABEPSS, no qual o grupo se declara, atualmente, desamparado do auxílio dessa entidade.

Em 1h43min.: Maria Bernadete Tanganelli Piotto

nós somos do grupo de formação do curso de Serviço Social (...) começou a sementinha do curso de Serviço Social em 2000 (...) ontem [16/05/2013] tive a oportunidade de falar com o Prof. Mauro [Mauro Bertotti, assessor da Pró-Reitoria de Graduação], aqui presente, que o projeto pedagógico (...) está na Pró-Reitoria [de Graduação] aprovado; ele está lá aguardando o desejo; aí ontem eu falei para o Prof. Mauro: “eu entendo que é um desejo político, verdadeiramente falando para o senhor”, eu me referi a ele, “eu entendo que é um desejo político” (...) nós temos áreas de estágio, nós temos espaço, nós temos profissionais já formados nas nossas unidades, nós já temos, não é, nós já temos professores, doutores, Ph em Serviço Social; por que não já não ter o curso? Então eu entendo mesmo que é isso (...) precisamos mesmo, eu entendo, de boa vontade política (...) nós entendemos que irmos para a zona leste [implantar o curso de Serviço Social na EACH-USP Leste]; que é um curso noturno de 40 vagas, noturno, se ele for feito aqui no campus Butantã ele terá melhor espaço de interunidades; a Sociologia está aqui, a Psicologia está aqui, estaríamos aqui acolhidos (IPUSP, 2013a).

Em 1h48min.: Marina Gorete Pazetto de Meneses

há cerca de dez anos foi constituído um grupo para organizar os CONASSS, Congresso Nacional de Serviço Social em Saúde – USP/UNESP/UNICAMP. Todos os “Serviços Sociais” da USP foram chamados a compor este grupo e este grupo avançou e até hoje a gente

constrói este congresso a cada dois anos. Quando foi para divulgar o 1º ou o 2º [CONASSS], eu não me recordo, alguns “Serviços”, por razões de dificuldades, não continuaram a compor este grupo; nós continuamos e estamos até hoje com este grupo. Quando foi para divulgar este serviço para o reitor Marcovith [Jacques Marcovitch (1997-2001)], este serviço não, este evento [CONASSS], pois queríamos apoio da Universidade [de São Paulo] na realização desse evento, na hora ele falou assim: “não tem Serviço Social na USP, não é?” A gente imaginou que ele já soubesse; enfim, nós levamos nesta reunião com o Prof. Marcovitch a Prof.^a Maria Lúcia Lebrão, que era nossa superintendente [do Hospital Universitário] que muito nos apoiou e que se dispôs a nos acompanhar nesta defesa da criação do curso. Foi dito então para a Pró-Reitoria de Graduação constituir um grupo de trabalho, e a constituição deste grupo de trabalho passou então pela Pró-Reitoria de Graduação. Então como nós estávamos desde o início com esta questão [da criação do curso de Serviço Social], nós fomos inseridas, embora não sejamos mestres nem doutoras, mas fomos inseridas [no grupo]. Foi então escolhida uma docente, que é assistente social da [Faculdade de] Saúde Pública para compor este grupo^[18] (...) fomos apresentadas ao diretor da Faculdade de Saúde Pública; agora me fugiu o nome, mas ele faleceu até no processo... A gente perdeu alguns padrinhos, infelizmente por razões diversas (...) então foi chamada Rosângela Batistoni da ABEPSS, e prontamente foi uma contribuição valiosíssima da ABEPSS, na pessoa da Rosângela; ela fez a interlocução com os membros da ABEPSS colocando [levando a conhecimento da ABEPSS] o projeto, e esse projeto foi se construindo através dessas pessoas. Pronto, o projeto foi apresentado no Conselho Universitário [CO-USP], foi aprovado na questão do mérito acadêmico e uma das pessoas^[19] presentes ontem [16/05/2013] na abertura da mesa, quando diz: “não sei porquê não foi criado” tem a resposta do porquê não foi criado (...) então esse projeto parou, e vai mudando reitor e cada vez que muda a gente retoma, a gente bate na porta da Pró-Reitoria de Graduação, a gente pede, implora (...) com a Prof.^a Sonia Penin [Sonia Teresinha de Sousa Penin, pró-reitora de graduação (2001-2005)], aí queriam levar para a Zona Leste [EACH-USP Leste], porém com a proposta do Ciclo Básico, e aí a gente não concordou, porque a proposta pedagógica do Serviço Social não se aplica ao Ciclo Básico, fazer os dois anos^[20] lá igual para todo mundo; nós já temos a nossa especificidade desde o 1º semestre. Então aí fomos nós que demos marcha ré assumidamente, assim nós não queremos, não tem que acontecer a qualquer custo, tem que acontecer dentro do que é preconizado enquanto ABEPSS. Então nós recuamos nesse momento e aí puseram a gente um pouco no freezer (...) em todos os CONASSS é tocado no assunto na mesa de abertura, todo reitor promete que vai, que vai, e não faz. Agora já estivemos na Pró-Reitoria de Graduação com a atual pró-reitora [Telma Maria Tenório Zorn (2010-2014)] que também foi uma pessoa receptiva, muito agradável, mas na ação não foi efetiva, não conseguimos essa efetividade, não sei o momento da Pró-Reitoria [de Graduação], se são projetos prioritários outros aí na frente,

¹⁸ Referência a Fumika Peres, assistente social e professora aposentada na Faculdade de Saúde Pública da USP. Em seu currículo da Plataforma Lattes (CNPq), Peres declara que entre os anos de 2001 e 2002 foi “membro do Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto Pedagógico de Graduação em Serviço Social, visando à criação do Curso na Universidade de São Paulo” (PERES, 2002, [s.p.]).

¹⁹ Como é possível de ser verificado no registro audiovisual produzido pelo IPUSP (2013b), a partir de 1h30min. de duração, a referência feita é a Hélio Nogueira da Cruz, vice-reitor da Universidade de São Paulo em 2001-2005 e 2010-2014.

²⁰ De acordo com o modelo de currículo multidisciplinar empregado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH, o Ciclo Básico é composto por apenas dois semestres.

enfim, só que não avançou (...) gostaria muito de retomar esse amparo [da ABEPSS], a gente está muito desamparada nessa luta. Talvez a ABEPSS formalizar um pedido de encontro com esse reitor [João Grandino Rodas (2010-2014)]; é o último ano [da gestão de Rodas], e a gente sabe que vai começar tudo de novo (IPUSP, 2013a).

Observa-se que uma das convidadas presentes ao evento foi a então vice-presidente da Diretoria Regional Sul II da ABEPSS, Gestão 2013-2014, a professora doutora Raquel Santos Sant'Ana, conforme indica a visualização do registro audiovisual (IPUSP, 2013a); indicando, portanto, estar ciente da questão.

Após o encontro profissional, foi realizado um levantamento documental para localizar se ocorreram publicações de documentos sobre o objeto após esse evento pelo qual os discursos acima foram feitos. Todavia, tanto por parte da ABEPSS, quanto por parte do grupo de profissionais discursador, não foi localizado nenhum documento posterior ao evento que fizesse menção à continuidade (ou à retomada) do processo de implantação, assim indicando a desmobilização – e a não publicização – do movimento. Até o momento desta publicação não foram divulgados ou observados avanços relacionados à situação em tela.

Prosseguindo na análise, a partir do currículo disponível na Plataforma Lattes – CNPq de uma das assistentes sociais partícipe do grupo de criação e implantação do curso de Serviço Social na Universidade de São Paulo foi possível uma aproximação aos nomes dos demais componentes, como listados abaixo:

MENESES, M. G. P.; THOMAZ, S. O. ; Batistoni, M. R.; Peres, F.; CASSIANO, H. P.; MELO, L. M. C.; PIOTTO, M. B. T.; DICK, M. V. P. A. Projeto Pedagógico para a proposta de criação da Faculdade de Serviço Social em Saúde. 2003 (MENESES, 2012, [s.p.]).

Mais adiante, em pesquisa aos currículos da Plataforma Lattes dos demais profissionais envolvidos, localizaram-se os dados mais significativos em Melo (2014, [s.p.]), em referência à questão entre os anos de 2002 e 2004:

Luciana Maria Cavalcante Melo, assistente social:

Membro Assessor da Comissão para Criação da Faculdade de Serviço Social da USP/Pró-Reitoria de Graduação.

Grupo de Trabalho p/ análise da proposta de criação do curso de Serviço Social.

Descrição: Por Portaria Interna no. 08/2003, da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo, integrou o Grupo de Trabalho (GT) encarregado de cuidar da proposta de criação do Curso de Graduação em Serviço Social na USP.

(...)

Integrantes: Luciana Maria Cavalcante Melo – Integrante / Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick – Coordenador / César Ades – Integrante / Fumika Peres – Integrante / Sylvia Lese de Melo – Integrante / Maria Cecília Fancesi Pelicioni – Integrante / Selene Onila Thomaz – Integrante / Maria Rosângela Batistoni – Integrante / Maria Bernadete Tanganelli Piotto – Integrante / Heloisa Pereira Cassiano – Integrante / Maria Gorete Pazetto de Menezes – Integrante.

A partir das análises construídas e do debate proposto, o conteúdo das evidências colhidas até o momento leva a observar que: i) o citado grupo de trabalho tende a apresentar suas forças desmobilizadas e atividades estagnadas; ii) a inclinação da Universidade de São Paulo em não demonstrar interesse na implantação do curso de Serviço Social; iii) a não predisposição da ABEPSS em incluir como pauta da agenda profissional a retomada da questão que envolve a implantação do referido curso. Todos esses elementos leva a considerar a urgente necessidade do (re)engajamento do grupo de trabalho, abraçando novos integrantes, considerando sua função social e ética-política, de modo que a implantação do curso seja a realidade de uma construção coletiva. Outrossim, a ABEPSS também precisa (re)integrar a esse movimento, revigorando sua finalidade profissional precípua junto à questão problematizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil passa por uma realidade brutal do obscurantismo na ofensiva do pensamento conservador, o qual se alicerça em uma ideologia política e econômica que privilegia o capital em detrimento da população que vive do trabalho, colocando em risco os direitos sociais democráticos.

Explícito exemplo é a atual situação da educação no país, no qual o ensino público se vê duramente desmontado. A educação no Brasil – bem humano

fundamental – está em crescente proporção sendo apropriada pelo mercado privado, em todos os seus níveis: infantil, fundamental, médio e superior.

Com as análises de conjuntura, a fim de provocar e revigorar a mobilização de assistentes sociais, discentes, docentes e demais profissionais interessados na implantação da formação profissional em Serviço Social, reforça-se a luta no sentido da concretização do direito à educação pública e de qualidade. Enfatizando a trajetória histórica, política e social do Serviço Social – enquanto profissão que defende a concretização de direitos, seu acesso e continuidade –, a universalização das conquistas sociais para o grande coletivo da classe trabalhadora deve ser prioridade na intervenção e na pesquisa profissional.

O problema trazido nesse estudo precisa, imprescindivelmente, continuar a ser debatido pelos assistentes sociais, com base em questionamentos sob a perspectiva de totalidade na análise da correlação de forças presentes na questão, assim como apreender as contradições das forças em disputa no interior do objeto. O fato é que há muitos anos está embargado na Universidade de São Paulo um projeto pedagógico completo para a implantação do curso de graduação em Serviço Social. A situação precisa ser investigada pela profissão com persistência, profundidade e rigoroso trato teórico.

Esse trabalho tem a função de se aproximar a um problema que precisa ser esmiuçado e explorado no campo da pesquisa, em sua amplitude e complexidade, já que o objeto é composto por diferentes e interligados recortes de análise. O problema precisa transcender os muros institucionais e profissionais das partes envolvidas, assim como ser clarificado, discutido e transformado ao destino dos interesses da coletividade.

A questão foi mapeada de forma exploratória no âmbito da pós-graduação stricto sensu em Serviço Social – confirmando o ineditismo dessa produção científico-acadêmica –, já que não foram localizadas produções em âmbito nacional acerca da criação ou do processo de implantação desse curso. O único e importantíssimo registro publicado a respeito do projeto pedagógico do curso de Serviço Social a ser implantado na Universidade de São Paulo está em Cassab e Batistoni (2002).

Reforça-se também o papel da ABEPSS, como fundamental na articulação de forças, na composição de propostas e na permanência na luta pela implantação do curso de Serviço Social na USP, visto que desafios como esse fazem parte de suas atribuições precípuas enquanto entidade representativa da profissão e promotora do ensino e da pesquisa. É necessário que sua protagonização seja constante.

Segundo as evidências levantadas, as partes envolvidas no processo de implantação do curso de Serviço Social (grupo de trabalho, USP e ABEPSS) não poderiam obstaculizar ou negligenciar o trato à questão como tais forças demonstram vir procedendo, tanto por omissão, quanto por outros interesses que não sejam os interesses da coletividade, no horizonte da concretização do direito à educação pública e de qualidade referenciada em Serviço Social. A implantação desse curso não deve ser vitória de alguns, mas uma conquista de todos.

Com base nessa realidade, clareia-se a necessidade de movimentações profissionais constantes e organizadas, objetivando dar continuidade ao ideário de conquistas históricas construídas no decurso da década de 1980. As diretrizes de um projeto humanista e emancipatório para a política de educação pública no ensino superior, gratuita (ou melhor, financiada pela sociedade por meio de altíssima taxa tributária), de qualidade, laica e universal não demonstram que encontrarão possibilidades de fortalecimento e êxito sob o direcionamento que vem sendo tomado por governantes e gestores universitários.

Analisa-se que o projeto de implantação do curso de Serviço Social na Universidade de São Paulo não demonstrou uma união com a prática coletiva e democratizada, através de um movimento de profissionais e estudantes, o que leva a crer que esse é um hiato considerável em sua materialização, segundo ditame do próprio projeto ético-político profissional. A luta deve se direcionar no sentido de construir uma conquista coletiva, assim concretizando uma das esferas da função social da universidade pública.

Esse debate segue sob o prisma da defesa de direitos e da ampliação do ensino superior público de qualidade, visto que a educação é um bem coletivo e configura-se como um direito humano fundamental. Defendê-la é

ousar novos paradigmas, transcendendo as limitações impostas pela lógica do capital e pelo conservadorismo academicista e tecnocrata presente na mediação à problemática. O debate feito deve ser encarado como uma bandeira de luta por ampla democracia e justo acesso a direitos. A transformação do atual estado de coisas é uma possibilidade histórica. O engajamento é para que o campo coletivo triunfe.

REFERÊNCIAS

ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes e política de ações para o biênio 2011-2012. Diretoria Nacional, Gestão 2011-2012, s.d.a, [s.p.] Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/files/diretrizes_e_politica_de_acoes_2011-2012.pdf>.

Acessado em: 24 Set. 2017.

ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Plano de trabalho da Gestão 2011/2012. Diretoria Nacional, Gestão 2011-2012, s.d.b.

Disponível em: <http://www.abepss.org.br/files/plano_de_trabalho_final_2011-2012.pdf>. Acessado em: 20 Set. 2017.

ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente: 30 anos de lutas. Diretoria Nacional, Gestão 2009-2010, s.d.c, p. 1-15. Disponível em:

<<http://www.abepss.org.br/files/O-protagonismo-da-ABEPSS-no-passado-e-no-presente.pdf>>. Acessado em: 23 Set. 2017.

ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes e política de ações para o biênio 2011-2012. Diretoria Nacional, Gestão 2011-2012, 09 Dez. 2010. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/files/diretrizes_e_politica_de_acoes_2011-2012.pdf>.

Acessado em: 19 Set. 2017.

ABI-EÇAB, A. A luta pela implantação do curso de Serviço Social na Universidade de São Paulo: uma aproximação analítico-crítica. III Encontro da Região da América Latina e Caribe: Estado e Política Social – Desafios e Oportunidades para América Latina e Caribe Trabalho Social. III Seminário Preparatório para a Conferência Mundial sobre Bem-Estar Social 2014. Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS), Uruguai, Montevideu, mai. 2013.

ABI-EÇAB, A. Sobre a implantação do curso de Serviço Social na Universidade de São Paulo. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2015.

ABRAMIDES, M. B. C. O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. 2006. 406 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

BASTOS, P. P. Z. FONSECA, P. C. D. A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Unesp, 2012.

CARDOSO, M. L. Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASSAB, M. A. T. BATISTONI, M. R. A proposta de criação de curso de graduação de Serviço Social – USP. *Temporalis*, Porto Alegre, a. IV, n. 8, p. 129-149, jul./dez. 2002.

FONSECA, P. C. D. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IPUSP-Instituto de Psicologia da USP. II Encontro de Assistentes Sociais da USP – 17/05/2013 (Manhã). AudVis IPUSP, Vídeos do IPUSP. São Paulo, 2013a.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=GZfOzVBmN48>>. Acessado em: 5 Jan. 2018.

IPUSP-Instituto de Psicologia da USP. II Encontro de Assistentes Sociais da USP – 16/05/2013 (Manhã). AudVis IPUSP, Vídeos do IPUSP. São Paulo, 2013b.

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=8082WTx1HG8>>. Acessado em: 5 Jan. 2018.

IPUSP-Instituto de Psicologia da USP. II Encontro de Assistentes Sociais da Universidade de São Paulo: "Conquistas e Desafios". Notícias e Eventos, IPUSP, São Paulo, 2013c. Disponível em:

<http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4305%3A2013-05-10-19-48-07&catid=45%3Aeventos&Itemid=83&lang=pt>. Acessado em: 5 Jan. 2018.

LESSA, Sergio. Serviço Social e trabalho: do que se trata? *Temporalis*, v. 1, n. 1, p. 35-58, Brasília, 2000.

MARTINS, C. Brasil tem 7,3 milhões de estudantes universitários, diz MEC. R7 Educação, Brasília, [s.p.], 09 Set. 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/educacao/brasil-tem-73-milhoes-de-estudantes-universitarios-diz-mec-09092014>>. Acessado em: 20 Set. 2017.

MEC-Ministério da Educação. Instituições de Educação Superior e cursos cadastrados, e-MEC, s.d. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acessado em: 21 Set. 2017.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. Katálysis, Florianópolis, v. 16, n. especial, 2013, [s.p.]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802013000300003>. Acessado em: 5 Jan. 2018.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

USP-Universidade de São Paulo. Sala de imprensa. Arquivo ranking, s.d., [s.p.]. Disponível em: <<http://www.usp.br/imprensa/?tag=ranking>>. Acessado em: 22 Set. 2017.

VIEIRA, V. L. O trabalhador brasileiro – um caso de policia até 1950: representações sobre os trabalhadores urbanos no período de 30 a 50. 1998. s.n. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1998.